

REQUERIMENTO Nº 916 , DE 2016 – PLENÁRIO
(ao PLS 554/2011)

Nos termos do art. 312, parágrafo único, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requero, na condição de líder, destaque (para rejeição) da Emenda nº 18- Plenário:

“Inclua-se no art. 1º do Projeto de Lei do Senado ° 554, de 2011, os seguintes art. 306-A e 306-B do Decreto-Lei nº. 3.689, de 3 outubro de 1941:

“Art. 306-A. O prazo previsto para a apresentação do preso perante o juiz competente, poderá ser estendido para, no máximo, 72 (setenta e duas) horas, mediante decisão fundamentada do juiz, em decorrência de dificuldades operacionais da autoridade policial.

Parágrafo único. Excepcionalmente, por decisão fundamentada do juiz competente e face a impossibilidade de apresentação pessoal do preso, poderá ser realizada por meio de sistema de videoconferência ou de outro recurso tecnológico de transmissão de som e imagem em tempo real, respeitado o prazo estipulado no caput.

Art. 306-B. Quando se tratar de organização criminosa, nos termos definidos pela Lei nº 12.850, de 2 de agosto de 2013, a autoridade policial poderá deixar de cumprir o prazo estabelecido no § 4º do art. 306 ou no art. 306-A, desde que, dentro daqueles prazos, agende com o juiz competente data para a apresentação do preso em no máximo cinco dias. ”

JUSTIFICAÇÃO



SF/46403-25161-25

Página: 1/3 30/11/2016 16:02:25

e7833eb9dff31bacb7a8c8544dd46ce390d644a1



O autor da emenda justifica que a apresentação física e imediata do detido ao juiz competente se revela demasiadamente custosa, perigosa, operacionalmente difícil ou mesmo impossível.

Ocorre que isso se choca com a realidade. Segundo os dados apresentados pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, as audiências de custódia já foram implantadas nos 27 estados da federação e o problema apontado na emenda sobre o prazo não se apresenta. Por outro lado, o prazo de 72 horas é demasiado para alguém que for preso ilegalmente ou de forma desnecessária.

No principal ponto da emenda, contudo, o que diz respeito à videoconferência, é preciso afirmar que a apresentação pessoal do preso está ligada ao respeito aos direitos fundamentais da pessoa submetida à prisão, bem como ao controle da legalidade, da necessidade e da adequação de medida extrema que é a prisão cautelar.

A metodologia fixada pelo CNJ na Resolução nº 213/2015 integra o rito de legalidade da prisão em flagrante, e o seu descumprimento resulta em prejuízo aos presos. A apresentação pessoal foi fixada no texto normativo não apenas para garantir uma melhor aplicação da Justiça, como para detectar possíveis casos de abusos e maus-tratos verificadas nas primeiras horas após a prisão em flagrante. A videoconferência termina por desvirtuar a intenção do projeto.

Acrescente-se, como informativo, que esse modelo de audiência pública por videoconferência já acontece no estado de São Paulo na Justiça estadual e foi adotado em março na Justiça Federal da 3ª Região. Acontece que várias das prisões feitas por videoconferência que foram mantidas após audiência de custódia feitas por videoconferência foram revogadas pelo TRF da 3ª Região, o que mostra uma grande possibilidade do uso indevido do recurso e de maior falibilidade.



SF164082546125

Página: 2/3 30/11/2016 16:02:25

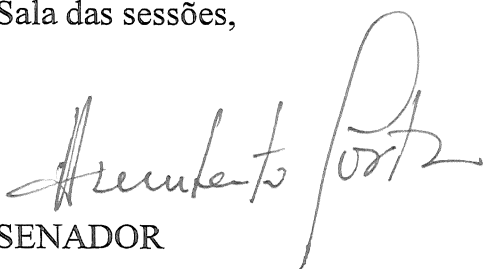
e7833eb9dff31bacb7a8c8544dd46ce390d644a1



Não há motivo para modificar o que ocorre da forma que já ocorre por decisão do CNJ.

Por isso a supressão é fundamental para um texto mais adequado.

Sala das sessões,


SENADOR



SF/16403.25161-25

Página: 3/3 30/11/2016 16:02:25

e7833eb9df31bacb7a8c8544dd46ce390d644a1

